

## Ex-gerentes atribuem à diretoria do BB decisão de emprestar à Encol

Conforme relato de Manoel Pinto de Souza Júnior (foto) e Jair Bilachi aos senadores, o Banco do Brasil fez mais de dez auditorias na Encol de 1993 a 1995, mas eles nunca foram informados das conclusões

Funcionários do Banco do Brasil dizem à CPI do Sistema Financeiro que jamais foram informados sobre dificuldades enfrentadas pela construtora

Os funcionários do Banco do Brasil (BB) Manoel Pinto de Souza Júnior e Jair Bilachi, ex-gerente e ex-superintendente da instituição no DF, disseram ontem à CPI do Sistema Financeiro que foi da diretoria

do banco a decisão de contratar com a Encol empréstimos de difícil recuperação. A dívida da massa falida da empresa junto ao banco chega hoje a R\$ 453 milhões.

PÁGINA 3



### Donos da Incal confirmam depoimento

PÁGINA 3

### Paulo Renato diz que Fundef aumentou total de matrículas

Durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Educação, o ministro da área, Paulo Renato Souza, afirmou que o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) contribuiu para aumentar o número de matrículas, reduzir o índice de repetência escolar e melho-



Segundo Paulo Renato, o número de professores com 1º grau incompleto caiu

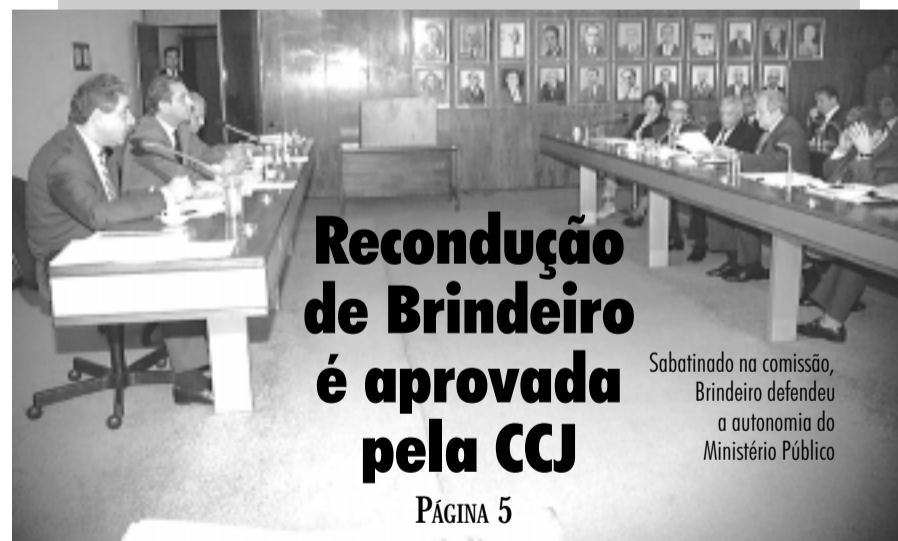
rar o grau de qualificação dos professores.

PÁGINA 2

### Recondução de Brindeiro é aprovada pela CCJ

Sabatinado na comissão, Brindeiro defendeu a autonomia do Ministério Público

PÁGINA 5



### Viúvas pedem apuração de crimes no Piauí

Um grupo de viúvas esteve em Brasília para cobrar a punição dos responsáveis pela morte de seus maridos, todos eles ex-prefeitos.

PÁGINA 6



As viúvas se encontraram com o senador Freitas Neto e o ministro Renan Calheiros

## PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PLC nº 63/97, que dispõe sobre as condições e funcionamento de serviços de saúde para as populações indígenas; e \*Requerimento nº 278/99, do senador Geraldo Cândido, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLSs nºs 118 e 349/99, por versarem sobre o pagamento de contas de luz, gás, água e esgoto por consumidores de baixa renda ou desempregados.

## COMISSÕES

9h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: \*PLS nº 197/99, altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (BR-174 a Santa Maria do Boiaçu); \*PLS nº 193/99, altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (KM 245 da BR-174 à BR-401); \*PLS 329/99, altera dispositivo da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional; \*PLS nº 123/99, torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos; \*PLS nº 279/99, acrescenta dispositivo ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; \*PLS nº 202/99, introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações; \*Requerimento nº 11/99, do senador Jader Barbalho, solicitando, com base no art. 50, parágrafo 1º, da Constituição federal, combinado com o artigo 90, III, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocados, em caráter de urgência, os ministros de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, e o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para prestarem informações sobre os estudos técnicos e administrativos que dariam suporte à proposta de mudança da sede da Petrobras da cidade de Belém (PA) para Manaus (AM), inclusive com análise custo-benefício da referida mudança, perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e \*Requerimento nº 12/99, do senador Geraldo Cândido, requerendo a realização de audiência pública com as seguintes autoridades:

- Paulo Bica, ex-secretário Adjunto de Desenvolvimento Urbano do governo do Distrito Federal;
- Evelize Maria Longhi Pereira da Silva, secretária de Habitação do governo do Distrito Federal;
- Marcelo Brito, arquiteto, coordenador da 14ª Regional do IPHAN; e
- Silvano da Silva Pereira, presidente do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

10h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul  
Audiência pública - Tema: Tráfego Aéreo no Brasil e sua Utilização por Aeronaves dos Países que Participam do Mercosul  
Convidados: representantes da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Marcos Antonio de Oliveira, diretor-geral do DAC; dos ministérios dos Transportes, Justiça, Saúde; Daniel Lins Mennucci, gerente-geral de Postos Aeroportos e Fronteiras; e da Agricultura, Antonio Jorge Camardeli, diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa/SDA). *Plenário 5 - Anexo II da Câmara dos Deputados*

14h30 - CPI do Sistema Financeiro  
Pauta: Pedro Paulo de Souza, ex-presidente da Encol, Marcos Antonio Borela, ex-diretor da Encol, e Rodrigo Dimas de Souza, ex-diretor da Encol. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

## Plenário aprecia programa de saúde indígena

O plenário do Senado aprecia hoje projeto de lei da Câmara que institui um subsistema de atenção à saúde indígena, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a proposta, relatada favoravelmente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo senador Tião Viana (PT-AC), caberá à União, com recursos próprios, financiar o subsistema de atenção à saúde das populações indígenas.

Para Tião Viana, politicamente o projeto preserva os direitos das minorias indígenas ao franquear-lhes a participação nos órgãos formuladores da política de saúde, "contribuindo, decisivamente, para a consolidação da noção de cidadania".

## Seis projetos em pauta na Comissão de Infra-Estrutura

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), analisa hoje seis projetos de lei, entre eles o de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.

Também será analisado pela CI projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) estabelecendo que as emisoras de rádio e de tevê deverão destinar 50% de sua programação em horário nobre para veiculação de programas voltados para a cultura local e regional.

## Tráfego aéreo do Mercosul será tema de reunião conjunta

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul se reúne hoje, às 10h, em audiência pública, para debater o tema "Tráfego Aéreo no Brasil e sua utilização por aeronaves dos países que participam do Mercosul".

Participará do debate o tenente-brigadeiro-do-ar Marcos Antônio de Oliveira, diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), que representará a Aeronáutica. Também estarão presentes representantes dos ministérios dos Transportes, da Justiça, da Saúde e da Agricultura. A reunião será no plenário 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

# Ministro aponta aumento "expressivo" de matrículas

Em depoimento à Comissão de Educação, Paulo Renato Souza afirmou que o Fundef ajudou a reduzir o índice de repetência

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que a criação do Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) provocou um aumento expressivo no número de alunos matriculados no Brasil. O ministro participou ontem de audiência pública na Comissão de Educação e trouxe dados relativos ao primeiro ano de funcionamento do Fundef. A legislação que institui o fundo determina uma aplicação mínima de 15% das receitas de estados e municípios na manutenção do ensino fundamental. Destes recursos, pelo menos 60% devem ser aplicados nos salários dos professores. Há também a obrigação de um gasto mínimo por aluno, que em 1998 esteve fixado em R\$ 315. Se os recursos destinados a cada município forem insuficientes, a União complementa o valor.

— Em apenas um ano, entre 1997 e 1998, houve crescimento de 6% no número de crianças matriculadas, sendo que este aumento ocorreu fundamentalmente na rede municipal — relatou o ministro.

Segundo Paulo Renato, outra consequência foi a diminuição da repetência, que em 1993 representava 30% do total de alunos, e hoje encontra-se em 21%. Além disso, continuou o ministro, ocorreram reflexos positivos na formação dos professores e no nível salarial dos docentes. "No último ano houve uma queda de 26% no número de professores com primeiro grau in-



Freitas Neto (C) presidiu a audiência em que o ministro Paulo Renato Souza (E) garantiu que o governo federal tem investigado as denúncias de uso irregular das verbas do Fundef

completo", exemplificou.

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), autora de um dos requerimentos de convite ao ministro, pediu explicações sobre denúncias de uso irregular das verbas do Fundef em alguns municípios. Paulo Renato esclareceu que o ministério tem recolhido as denúncias e checado as informações junto às prefeituras. Além disso, acrescentou o ministro, "pedimos a colaboração do Tribunal de Contas da União para a apuração das denúncias".

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) questionou o ministro sobre a estagnação do valor mínimo por aluno, que em 1999 continuará fixado em R\$ 315. Para a senadora, pelos critérios do Fundef, este valor deveria ser de R\$

419, o que acarretaria na aplicação pela União de recursos na ordem de R\$ 2 bilhões. O ministro admitiu que o valor, mesmo não sendo o ideal, está mantido e acrescentou que o Executivo deve mandar nos próximos dias mensagem ao Congresso solicitando crédito suplementar, uma vez que o montante previsto no orçamento de 1999 não será suficiente.

Além do ministro, os senadores ouviram as explicações do diretor do Fundo de Fortalecimento das Escolas, Emílio Marques, convidado a partir de requerimento do senador Luiz Otávio (PPB-PA). Emílio Marques apresentou dados de levantamento do governo federal sobre a distribuição das escolas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

## Aprovadas quatro concessões de televisão

Em reunião extraordinária realizada ontem, a Comissão de Educação (CE) aprovou quatro projetos de decreto legislativo outorgando concessão de radiodifusão e de exploração de sons e imagens à Beija-Flor Radiodifusão Ltda., nas localidades de Macapá, Mazagão e Santana, todas no estado do Amapá.

A relatora dos projetos, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), ressaltou o fato de essas outorgas serem as primeiras sob a vigência da nova sistemática de leilão público e não mais meras concessões do Executivo. "Os processos preenchem to-

dos os requisitos técnicos e legais, portanto meu parecer é favorável."

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) lembrou haver uma resolução do Senado exigindo que a programação de rádio e TV obedeça aos compromissos constitucionais de ética e objetivos educacionais e perguntou se os processos continham informações sobre o teor das programações das emissoras. Como a relatora disse que não, Távola propôs o adiamento da votação.

O senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou compreender as preocupações de

Távola e propôs que a comissão enviasse ofício ao Ministério das Comunicações para que exerça fiscalização sobre as programações de todas as emissoras de rádio e TV, exigindo que cumpram os dispositivos da Resolução 92 do Senado. A proposta de Sarney foi aprovada.

A comissão aprovou renovação de concessão de radiodifusão em Araxá (MG), em Palmeira (PR), em São Miguel do Iguaçu (PR) e Chapecó (SC). Presidiram a reunião os senadores Freitas Neto (PFL-PI), presidente da CE; Álvaro Dias (PSDB-PR) e Djalma Bessa (PFL-BA).

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademar Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalma Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Direção do BB decidiu empréstimos à Encol, dizem ex-gerentes

Depoentes informam à CPI do Sistema Financeiro que o Banco do Brasil realizou mais de dez auditorias na construtora de 93 a 95, mas eles nunca tomaram conhecimento das conclusões

Nos dois primeiros depoimentos tomados pela CPI do Sistema Financeiro sobre o caso Encol, dois ex-gerentes e ex-superintendentes do Banco do Brasil responsabilizaram a diretoria do BB pela concessão à construtora de empréstimos de difícil recuperação. Os ex-superintendentes no DF Manoel Pinto de Souza Júnior e Jair Bilachi, que também foram gerentes da agência de Brasília onde a Encol tinha contas, afirmaram que o BB fez mais de dez auditorias na empresa de 93 a 95, mas eles nunca tomaram conhecimento de suas conclusões.

— A Encol era a maior empresa de construção do país em 93 e seu balanço



de 92 indicava que ela poderia ter os empréstimos — sustentaram os dois depoentes. Jair Bilachi disse que a situação da empresa, com base nos balanços, era tão boa que o Banco do Brasil permitia

que ela tivesse direito a limite de crédito de até R\$ 100 milhões.

Conforme o ex-superintendente Jair Bilachi, em 98 foi feita uma nova auditoria sobre a Encol e a atuação do Banco do Brasil, abrangendo operações desde 92 e, desta vez, foram apontados vários problemas. “Nunca havia sido informado destes problemas”, disse. Como resultado da auditoria, 20 funcionários do BB foram punidos, inclusive

Jair Bilachi.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), encarregado de examinar documentos sobre os prejuízos do BB com a Encol, quis saber por que atualmente a dívida da massa falida da construtora com o BB chega a R\$ 453 milhões, enquanto as garantias não passam de R\$ 153 milhões. Bilachi afirmou que isso se deve a juros e multas contratuais.



Manoel Pinto (E) e Jair Bilachi foram superintendentes e gerentes do BB na época da concessão do empréstimo à Encol e garantiram que balanço da construtora dava suporte às operações

## Jader: “STF não faltará com a sociedade”

“O STF não faltará com a sociedade e com certeza decidirá até agosto o que, a seu ver, uma CPI pode ou não fazer”, afirmou em entrevista à imprensa, ontem, o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB e integrante da CPI do Sistema Financeiro.

— Não creio que a CPI terá de colocar em seu relatório final que seus trabalhos foram prejudicados pelo STF — acrescentou.

Jader Barbalho classificou de “crise artificial” as divergências públicas entre o Congresso e o Supremo Tribunal Federal depois que ministros do STF



Jader espera que CPI não tenha de colocar em seu relatório que foi prejudicada pelo STF

concederam dez liminares contra a CPI do Senado que investiga irregularidades no sistema financeiro.

As liminares desbloquearam bens de pessoas investigadas e impossibilitaram o uso de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico. A CPI já apresentou ao STF dois agravos regimentais para que os ministros revejam suas

decisões ou levem o assunto ao plenário da corte.

Para o senador, as liminares do STF não enfraquecem a CPI, que continua a tomar depoimentos até que o tribu-

nal possa julgar o mérito dos mandados de segurança impetrados pelos investigados.

Além disso, conforme a previsão de Jader, os responsáveis pelas vendas de dólares a preços baixos aos bancos Marka e FonteCindam não escaparão de uma ação do Ministério Público. Ele informou, também, que a CPI tem tudo para propor um novo Banco Central, uma nova fiscalização bancária e mudanças na BM&F.

— Toda CPI tem alguns momentos em que aparece com destaque na imprensa, na televisão, no rádio, com depoimentos mais marcantes. Mas CPI não é só isso, não é só depoimento. É trabalho duro de análise de documentos sigilosos. Esta é a parte silenciosa de uma comissão de inquérito. A CPI dos Bancos está nesta fase — disse.

## Comissão decide hoje próximos passos

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro reúne-se hoje, a partir das 10h, a portas fechadas, para decidir como irá trabalhar até o final deste mês, antes do recesso parlamentar de julho. O relator, senador João Alberto (PMDB-MA), irá propor que a comissão não tome qualquer novo depoimento sobre o Proer em julho, adiando os depoimentos para o início de agosto, porque em uma semana não será possível esgotar o assunto.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer que a CPI suspenda seus trabalhos até que o STF decida sobre as liminares que concedeu a investigados pela comissão, liberando seus bens e impedindo o uso de seus sigilos bancários, fiscais e telefônicos. Ao apresentar ontem seu requerimento, Simon teve o apoio do senador Roberto Freire (PPS-PE).

Em entrevista à imprensa, o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB e autor do requerimento de criação da CPI, afirmou que pretende



A Comissão Parlamentar de Inquérito examina proposta do relator de suspender depoimentos sobre o Proer no mês de julho

defender na reunião fechada que a CPI continue tomando depoimentos já marcados até o final do mês.

### ENCOL

A comissão de inquérito deve ouvir hoje, a partir das 14h30, o ex-dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, e dois ex-diretores da construtora, Marco Antônio Borela e Rodrigo Dimas de Souza.

O síndico da massa falida, Roldão Izael Cassimiro, que também deveria depor hoje, pediu ao relator para adi-

ar seu comparecimento, pois se encontra viajando.

Amanhã, falarão à CPI Carlos Gilberto Caetano, diretor de Finanças do BB, e Edson Soares Ferreira, ex-diretor de Crédito e Seguridade do banco.

Deverão ser convocadas a depor na segunda-feira outras pessoas do BB que se envolveram no caso Encol. São eles Carlos Alberto de Araújo, do conselho fiscal do banco, e João Batista Camargo, ex-diretor de Recursos Humanos.

## Donos da Incal ligam para gabinete de Tebet e confirmam depoimento

Os empresários Fábio Monteiro de Carvalho e José Eduardo Ferraz, donos da construtora Incal, confirmaram ontem presença na CPI do Judiciário para a próxima terça-feira. Carvalho telefonou para o gabinete do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI, para manifestar estranheza diante do noticiário de que ele não estava sendo localizado para receber a convocação da comissão. A Incal é responsável pela obra do fórum das juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Segundo a assessoria do senador, o empresário disse que pode ser encontrado no endereço habitual e que os números dos seus telefones continuam os mesmos, tendo se prontificado a comparecer por livre e espontânea vontade à reunião da CPI. Após o telefonema, Tebet determinou aos técnicos

da CPI que entrassem em contato telefônico com Fábio Monteiro, que confirmou seu comparecimento, bem como com José Eduardo Ferraz. Tebet encaminhou ofício à Polícia Federal tornando sem efeito pedido para que a PF entregasse as convocações aos dois empresários.



Ramez Tebet suspendeu convocação dos empresários por meio da PF



## Amorim critica, na TV, a implantação do Sivam

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) critica a implantação do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam), em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30. Para ele, não seria necessário gastar tanto dinheiro com o projeto, pois os Estados Unidos já tinham todas as informações sobre a região, que poderiam ser repassadas para o Brasil.

“Apresentei uma solução para o proble-



ma que era criar instalações da Polícia Federal em todas as cidades da fronteira. Essas regiões também deveriam ser ocupadas por pequenos proprietários”, disse.

Ernandes Amorim critica ainda a intenção do governo federal de usar as Forças Armadas para combater o narcotráfico na região. “As Forças Armadas têm uma outra missão; elas precisam estar preparadas para defender a Amazônia em relação a outros países.”



# Palmeira é confirmado no cargo de ministro do TCU

Com 64 votos favoráveis, três contra e uma abstenção, o plenário do Senado Federal aprova o nome do ex-parlamentar para a vaga do Tribunal de Contas da União aberta pela aposentadoria de Homero Santos

Com 64 votos favoráveis, três contra e uma abstenção, o plenário do Senado confirmou ontem, em votação secreta, que a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Homero Santos, no Tribunal de Contas da União (TCU), será ocupada pelo ex-senador Guilherme Palmeira (PFL-AL).

A escolha foi feita por meio de projeto de decreto legislativo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e apresentado pelos líderes partidários Hugo Napoleão (PFL-PI), Jader Barbalho (PMDB-PA), Arlindo Porto (PTB-MG), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Sérgio Machado (PSDB-CE). Marina Silva (PT-AC), como líder do Bloco Oposição, liberou sua bancada.



Os líderes das bancadas do PMDB, do PFL, do PSDB, do PPB e do PTB defenderam a indicação do ex-senador Guilherme Palmeira

Para o senador Luiz Otávio (PPB-PA), Guilherme Palmeira tem condições pessoais de representar o Senado com brilhantismo. Quintanilha, Napoleão, Jader e Sérgio Machado também mani-

festaram confiança no trabalho que será desenvolvido por Palmeira no TCU. Para Jader, a vida partidária "perde um político de valor e o TCU ganha alguém com grande experiência administrativa".

## Votação da emenda do SUS é adiada

Autor da proposta de emenda constitucional que fixa percentuais mínimos de recursos dos orçamentos públicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ontem o adiamento da votação da matéria para 11 de agosto. "Não há possibilidade política de aprovação dessa matéria hoje. Como há sinal de que em agosto haverá uma abertura para isso, requeiro o adiamento", pediu Valadares. O plenário aceitou o pedido, adiando a votação.

Dizendo não ver clima favorável à



Valadares: confiança na aprovação da emenda em agosto

aprovação da matéria, o senador observou que a luta dos que desejam a aprovação da emenda não é contra o governo, até porque a bancada da oposição conta com apenas 14 parlamentares. Mas tem a ver, sim, com a preocupante situação enfrentada pela área de saúde.

— A saúde está vivendo um momento difícil. Nove

estados da Federação levam quase a totalidade dos recursos da União destinados à área. É preciso que estados mais pobres tenham os recursos reclamados pela população e que o SUS

disponha do aparelhamento necessário para atender os mais pobres — pregou o parlamentar.

Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que a matéria "não pode ser tratada no bojo da oposição ou no bojo do governo". Ele defendeu o caráter suprapartidário do projeto e leu dados positivos sobre as ações do Ministério da Saúde no Brasil, enquanto Valadares manifestou esperança na aprovação da emenda:

— Espero que, em agosto, todas as bancadas se unam para mostrar que o Brasil tem um projeto para cuidar da saúde. O adiamento que proponho é uma prova de confiança no Senado — disse ele.

## Vice-ministro do Iraque assiste à sessão

A sessão deliberativa de ontem contou com a presença do vice-ministro das Relações Exteriores do Iraque, Nizar Hamdoun. O registro foi feito pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Para a noite, estava prevista homenagem ao vice-ministro em jantar oferecido pelo encarregado de negócios da República do Iraque, Farouk Al-Fityan, disse Tuma.

Na presidência dos trabalhos, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) cumprimentou Nizar Hamdoun, desejando que ele tivesse "a melhor impressão da democracia brasileira".

## Aprovado empréstimo para ações de saneamento no PI

O plenário do Senado aprovou projeto de resolução que autoriza a União a realizar operação de crédito no valor de 16,5 milhões de marcos alemães junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinados ao financiamento do Projeto de Saneamento Básico do Piauí, que integra o Programa Saúde Básica no Nordeste II, financiado pelo Bird.

A contrapartida ao empréstimo também ficará a cargo da União, devido ao grau de importância do projeto "e às dificuldades financeiras do estado", segundo informou o senador Lício Alcântara (PSDB-CE) em seu parecer favorável ao projeto de resolução. Conforme o relator, "o Ministério da Saúde já vem incluindo em seu orçamento, desde 1992, recursos para a referida contrapartida nacional".

A Secretaria de Saúde do Piauí será res-

ponsável pela execução do projeto, cujo custo total está estimado em 24,6 milhões de marcos alemães, dos quais 15 milhões serão financiados pelo KfW, que doará outro 1,5 milhão a fundo perdido. Os 7 milhões de marcos alemães restantes serão custeados pela contrapartida doméstica financiada pela União.

Ao encaminhar favoravelmente à aprovação do empréstimo, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) ressaltou que o projeto teve longo processo de maturação, iniciado quando ele era governador do estado, no início da década de 90.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que, no caso desse projeto, "o Ministério da Saúde teve bom senso", reconheceu as dificuldades financeiras do Piauí para garantir a contrapartida nacional ao financiamento e assumiu, inscrevendo-a no orçamento fiscal.

## CAE acata pedido para União lançar títulos no exterior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a pedido de autorização para que a União possa lançar títulos no exterior no valor de R\$ 20 bilhões, destinados a substituir papéis da dívida interna. O limite atual é de R\$ 9,5 bilhões. Os empréstimos em reais normalmente têm prazo mais curto e taxas de juros mais altas do que os obtidos em moeda estrangeira, segundo justificação apresentada pelo governo ao formular seu pedido, relatado favoravelmente pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP).

A proposta foi aprovada pela comissão com os votos contrários de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Saturnino (PSB-RJ). Suplicy disse ter dúvidas sobre a conveniência de a União elevar seu endividamento, já que o país tem gasto R\$ 75 bilhões anuais em juros. O chefe do Departamento da Dívida Externa do Banco Central, José Linaldo Gomes Aguiar, disse durante a reunião que, além da economia em juros, a venda de títulos da União no exterior abre as portas para que as empresas privadas brasileiras captem recursos em condições melhores.

O estado do Piauí e os municípios do Rio de Janeiro (RJ) e de Itaúna (MG) também tiveram aprovados pareceres favoráveis aos seus pedidos para aumentar a margem de endividamento. O em-

préstimo ao município do Rio será feito mediante a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro (LFTM-RJ) no valor de R\$ 531,4 milhões. Os recursos se destinam ao refinanciamento das dívidas interna e externa vencíveis no segundo semestre deste ano. O relator foi Luiz Otávio (PPB-PA), que apresentou parecer favorável à aprovação.

O estado do Piauí pretende contrair empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de US\$ 8,9 milhões para aplicação no Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE). O dinheiro será repassado ao BNB pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto foi relatado favoravelmente por José Alencar (PMDB-MG). Antero de Barros (PSDB-MT) votou contra alegando que o Piauí está sem condições de se endividar e que o empréstimo prejudica o esforço de ajuste fiscal do país.

Já o município mineiro de Itaúna deseja contratar operação de crédito com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), no valor de R\$ 2,1 milhões, para melhoria de infra-estrutura. Como os demais pedidos, o de Itaúna foi aprovado com requerimento de urgência para apreciação pelo plenário do Senado.



Na reunião de ontem, os membros da Comissão de Assuntos Econômicos aprovaram várias outras operações de crédito estaduais e municipais

## Nabor cobra levantamento sobre ação de guerrilheiros

O Brasil não pode tolerar a infiltração de guerrilheiros do Peru, da Colômbia ou de qualquer outro país no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, afirmou o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) ao cobrar o levantamento da situação nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas.

Nabor fez esse alerta em aparte a pronunciamento em que Bernardo Cabral (PFL-AM) referiu-se a denúncias sobre a ação de guerrilheiros divulgadas pelo jornal *A Tribuna do Acre*.



Nabor Júnior

— Não temos qualquer restrição ao MST, desde que atue de forma pacífica, dentro das regras estabelecidas pela Constituição e pelas leis. Somos a favor da reforma agrária. Acreditamos que, apesar de o governo já ter assentado, nos últimos quatro anos, 280 mil trabalhadores em

projetos de reforma agrária, ainda há necessidade de assentar outro tanto de trabalhadores que estão acampados nas estradas, sem assistência alguma por parte das autoridades — ressaltou Nabor.

# CCJ recomenda recondução do procurador da República

Decisão foi adotada depois de uma prolongada sabatina de Geraldo Brindeiro, da qual participaram vários senadores. Indicação deve ser apreciada com urgência pelo plenário, porque o atual mandato encerra-se na segunda-feira

Com 18 votos a favor, três contrários, um nulo e uma abstenção, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, ontem, parecer do senador Iris Rezende (PMDB-GO) favorável à segunda recondução do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ao cargo. A decisão foi tomada depois de longa sabatina, em que o procurador teve que explicar iniciativas por ele tomadas em questões como a venda de votos para a aprovação da emenda da reeleição e a viagem de férias que fez a Fernando de Noronha a bordo de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). A indicação de Brindeiro para novo mandato de dois anos deve ser apreciada com urgência pelo plenário, porque o atual mandato encerra-se na próxima segunda-feira.

Em sua exposição, Brindeiro, que

está no cargo desde 1995, ressaltou a necessidade de a Procuradoria manter suas características de isenção e independência, asseguradas pela Constituição de 1988.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) cumprimentou o "extraordinário desempenho" de Brindeiro à frente da Procuradoria Geral da República. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o procurador tem experiência e qualificação suficientes para continuar no cargo e que, durante a sabatina, esclareceu as dúvidas colocadas pela imprensa.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse considerar positivo o fato de que, no período em que Brindeiro per-



O procurador Geraldo Brindeiro, ao lado dos senadores José Agripino e Ramez Tebet, defendeu a independência do Ministério Público

maneceu à frente da Procuradoria, o Ministério Público não serviu de instrumento para retaliações partidárias com relação a adversários do governo.

Na condição de presidente da CPI do Judiciário, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que o Ministério

Público tem prestado inestimável colaboração nos trabalhos de investigação dos casos que envolvem magistrados.

## INDEPENDÊNCIA

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) citou os dispositivos constitucionais que definem a independência do Ministério Público, assegurada também na indicação do procurador-geral, afirmando que, do ponto de vista jurídico, a recondução de Brindeiro é "irretocável".

Antes da apuração dos votos, Iris Rezende afirmou que não há limite para a recondução do procurador-geral e que o Senado deve ter a consciência de que, aprovando o nome de Brindeiro, está prestando o mais um grande serviço à nação.

## Brindeiro faz a defesa de poderes das CPIs

Diante do questionamento dos senadores, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, manifestou-se favoravelmente ao poder das comissões parlamentares de inquérito de quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico, além de determinar a indisponibilidade dos bens de pessoas investigadas. Brindeiro foi cauteloso ao emitir opiniões por se tratar de matéria *sub judice* sobre a qual terá que se pronunciar a pedido do Supremo Tribunal Federal (STF).

O procurador emitiu sua interpretação aos senadores baseado em voto do ex-ministro do STF, Paulo Brossard, que concluiu que, se a Constituição dá às CPIs "poderes de investigação próprios das autoridades judiciais", é necessário que se dê a elas os meios adequados para que isso possa ocorrer.

As recentes decisões do Supremo suspendendo decisões da CPI do Sistema Financeiro foram criticadas pelos senadores presentes à sabatina de Brindeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN).

O senador Roberto Requião atacou a contestação dessa prerrogativa das CPIs pelo STF. Para ele, se a quebra de sigilo das contas de pessoa investigada é permitida por iniciativa de um juiz singular de primeira instância, deveria também ser facultada a um colegiado como a CPI.

## CRITÉRIOS

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) travou um diálogo à parte com o procurador-geral da República durante sua sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Simon criticou os critérios para a escolha do procurador, o excesso de reconduções para o cargo e ainda debateu a atuação do Ministério Público.

Em resposta, Geraldo Brindeiro levantou pontos negativos do sistema de lista que pode criar disputas internas e afetar a credibilidade e isenção do Ministério Público no caso, por exemplo, de o primeiro da lista não ser o indicado. Para ele, existem diversas formas de escolha, todas elas com vantagens e desvantagens. Ao senador Roberto Requião, Brindeiro disse preferir a eleição direta para cargos como o que ocupa.

Simon quis saber de Brindeiro qual a sua opinião sobre a operação de procuradores da República no Rio de Janeiro que conseguiram na Justiça Federal um mandato de busca e apreensão na casa do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes. O procurador disse não ter dúvidas quanto à atuação dos procuradores. As críticas, segundo ele, não têm fundamento constitucional e o procedimento seguiu todos as exigências legais.

## Viagem a Fernando de Noronha gera questionamentos

Durante a sabatina na CCJ, o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, disse aos senadores que não cometeu qualquer ilegalidade ao viajar de férias para o arquipélago de Fernando de Noronha em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB). Ele declarou ter usado avião da FAB em viagem pessoal "uma única vez", e que pediu à Aeronáutica que arbitre o valor que deve ser devolvido a título de pagamento do voo.

O procurador disse ainda ao senador Jefferson Péres (PDT-AM) que não se sente constrangido por ter sido citado em representações na Procuradoria, relacionadas a viagens. Brindeiro salientou ter tolerância democrática, pois, observou, ser alvo de representação não significa culpa. Até agora, continuou, sequer foi convocado a apresentar sua defesa.

José Eduardo Dutra (PT-SE) quis saber de Brindeiro quais as iniciativas tomadas pelo Ministério Público no caso conhecido como "Pasta Rosa", envolvendo os controladores do Banco Econômico, e na denúncia de venda de votos quando da apreciação da emenda constitucional que permitiu a reeleição

do presidente da República.

Segundo Brindeiro, a Procuradoria abriu inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar os fatos relativos ao caso da Pasta Rosa, mas, como não havia nenhum parlamentar indiciado, o caso foi encaminhado para a instância competente, para apurar as responsabilidades dos diretores do Econômico.

O procurador informou ainda que a denúncia de venda de votos de parlamentares quando da votação da emenda da reeleição acabou com o inquérito arquivado pelo fato de o STF ter decidido que as acusações estão baseadas em fitas gravadas de modo ilícito, o que não tem valor legal. Apesar de as conversas terem sido gravadas por uma das pessoas que participou do diálogo com os deputados do Acre envolvidos, Brindeiro disse a Dutra que essa pessoa (Senhor X, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*) jamais apareceu.

Na opinião da senadora Marina Silva (PT-AC), o procurador foi omissivo em questões relativas ao Acre, e "talvez por isso (o ex-governador) Orleir Cameli e (os ex-deputados) Ronivon



Na CCJ, os senadores questionaram o procurador, também, a respeito das providências diante de denúncia de venda de votos no exame da emenda da reeleição

Santiago e João Maia (envolvidos no caso da venda de votos) estão muito tranquilos". Ela questionou ainda o valor gasto na construção do prédio da Procuradoria em Brasília.

Brindeiro acredita que Marina "não foi justa" com relação a sua atuação no Acre. Ele disse que foi o único procurador a ir ao estado e que abriu oito inquéritos somente contra Cameli. No tocante à obra, o procurador disse que não foi feito nenhum reajuste no valor inicial e que a licitação obteve valores inferiores à tabela do Crea.

Diante da sobrecarga de trabalho dos

procuradores da República na Amazônia, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) quis saber do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, qual o plano do Ministério Público para reforçar a instituição na região. Segundo o senador, em Roraima, o representante do Ministério Público não conta com apoio operacional suficiente.

Brindeiro declarou que a Procuradoria tem trabalhado para assegurar a presença física da instituição na Amazônia e em todo o país, de modo a acompanhar a interiorização promovida pela Justiça Federal.

## CRE aprova projeto que cria agência de inteligência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou por unanimidade ontem parecer favorável a projeto de lei que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Emenda apresentada pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que impedia a transferência de agentes de inteligência alocados na Casa Militar da Presidência da República para a Abin, foi rejeitada pelo relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

O projeto prevê a integração das ações de planejamento e de execução

das atividades de inteligência do país, com a finalidade de fornecer subsídios ao presidente da República nos assuntos de interesse nacional.

De acordo com Tuma, o projeto estabelece ainda que o Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do estado de direito democrático e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição, os tratados, convenções, acordos e ajustes internacionais em que o Brasil seja parte, e a legislação ordinária.



Sarney preside a reunião em que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou também o Sistema Brasileiro de Inteligência

# Presidente do Incra vê avanço na reforma agrária

Os 280 mil assentamentos promovidos em quatro anos foram apontados por Nelson Borges Gonçalves, durante audiência pública realizada por duas comissões, como prova de “esforço hercúleo” para implementar o programa

O governo Fernando Henrique Cardoso promoveu um total de 280 mil assentamentos no meio rural com o programa de reforma agrária, afirmou ontem o presidente do Incra, Nelson Borges Gonçalves, durante audiência pública realizada pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o presidente

do Incra, foram assentadas, em média, 70 mil famílias por ano, o que supera a média anual alcançada pelos governos anteriores, de aproximadamente sete mil.

— Em quatro anos, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso fez o que os outros governos juntos não fizeram em termos de assentamentos rurais. A qualidade da reforma agrária está bem melhor e há um esforço hercúleo do governo para implementar o programa — afirmou.

Durante a audiência das duas comissões, destinada ao debate do programa de reforma agrária, o presidente do Incra enfrentou críticas de senadores e dos



A audiência para discutir a reforma agrária foi promovida pelas comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos

demais participantes da reunião. O vice-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Gerson Teixeira, criticou a chamada descentralização do programa de reforma agrária, afirmando que o governo, com essa decisão, está apenas passando o ônus da implementação dos assentamentos para estados e municípios. O representante da Abra também criticou o Banco da Terra, observando que suas linhas de financiamento tornam o empréstimo oneroso para o pequeno produtor.

O presidente do Incra observou, no entanto, que o governo está atento para a necessidade de se adotar um modelo que

leve em consideração a qualidade dos assentamentos. O governo, acrescentou Gonçalves, está buscando parcerias com estados e municípios para descentralizar as decisões, e o Banco da Terra é um bom instrumento para implementar a nova política de reforma agrária. Ele espera que o Banco da Terra seja aperfeiçoado com a contribuição das entidades que representam o meio rural e que, em breve, haja maciça adesão de todo o país às linhas de financiamento oferecidas pela instituição.

Aurélio Viana Júnior, representante da Rede Brasil, que monitora os financiamentos externos para a área social, criticou a forma pela qual vêm sendo utilizados os recursos externos no programa de reforma agrária. Para ele, não está havendo uma avaliação efetiva dos programas implementados pelo governo com esses recursos.

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduino, também presente na audiência pública, disse que “há um quadro dramático e escandaloso no país” com relação à reforma agrária.

## Trabalhadores rurais criticam o governo

Durante a audiência pública das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), que debateu o programa de reforma agrária, José Gerônimo Brumatti, representante do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), defendeu a implantação, pelo governo, de uma reforma agrária que atenda de fato às necessidades do campo, atrelada a uma política agrária e agrícola. Ele criticou o programa do governo e duvidou que sejam assentadas mais de cem mil famílias, conforme o prometido.

O representante do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), João Batista da Fonseca, previu que o Banco da Terra está aquecendo o mercado das terras agrárias em todo o país. Ele acusou o Incra de ser o principal comprador de terras, inclusive as improdutivas, elevando os preços dos imóveis o que, salientou, dificulta a aquisição de imóveis rurais pelos pequenos produtores.

Também participou da audiência pública o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Roberto Baggio, afirmando que a reforma agrária no Brasil está sendo tratada pelo governo “como caso de polícia”. Como exemplo citou os recentes episódios ocorridos no estado do Paraná.

## Heloísa aponta fome, miséria e desesperança em assentamentos

Asenadora Heloísa Helena (PT-AL), uma das autoras do requerimento para a realização da audiência pública para debater o programa de reforma agrária, acusou ontem o governo de ser o principal responsável pela precária situação dos assentamentos espalhados por todo o país, onde, segundo ela, imperam a fome, a miséria e a desesperança.

Heloísa criticou a política agrária brasileira, principalmente com relação aos pequenos agricultores e aos sem terra, afirmando que a elite ainda não entendeu que uma autêntica reforma agrária é a saída para que o país combata o desemprego e melhore a distribuição da renda.

Embora ressaltando não ser contra a descentralização da reforma agrária, Heloísa disse estranhar que o governo federal repasse a estados e municípios o seu

gerenciamento. Também quis saber do presidente do Incra, Nelson Borges Gonçalves, como funciona o chamado Banco da Terra.

Gonçalves disse que “jamais desqualificou” os movimentos de pressão e reconheceu que eles são legítimos dentro do estado de direito. Garantiu, ainda, que o Banco da Terra irá cumprir as suas finalidades de ajudar o agricultor e que está previsto o aumento de recursos para a política de assentamento.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) condenou a falta de rumo para a implantação da reforma agrária e pediu uma revisão da política adotada pelo Banco da Terra.

O senador Blairo Maggi (sem partido-MT) cobrou do governo a imediata implantação de uma política agrícola.



O ministro Renan Calheiros prometeu visitar o estado

## Viúvas de prefeitos do Piauí têm encontro com Freitas e Calheiros

O senador Freitas Neto (PFL-PI) promoveu ontem o encontro de um grupo de viúvas de prefeitos assassinados no Piauí com o ministro da Justiça, Renan Calheiros. No encontro, elas pediram a apuração dos crimes e o julgamento rigoroso de todos os assassinos e seus mandantes. O ministro recebeu das viúvas a informação de que, em alguns casos, o dinheiro da prefeitura estaria sendo utilizado para pagamento dos assassinos, e lamentou que “estejam sendo usados recursos do Fundo de Participação dos Municípios para pagar a pistolagem”. A reunião ocorreu no gabinete do líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA).

De acordo com as viúvas, que estão organizadas em uma associação desde maio último, são nove os prefeitos assassinados no Piauí, nos últimos dez anos. Atualmente, há outros 14 ameaçados de morte. A viúva de um deputado estadual, igualmente assassinado durante o mandato, também participa do movimento, que acusa a Justiça piauiense de imobilismo. De acordo com os relatos, a motivação dos crimes foi política, para beneficiar grupos adversários das vítimas e muitas vezes os vice-prefeitos, que assumem, assim, o cargo de prefeito.

Renan Calheiros comprometeu-se a marcar uma viagem ao Piauí para manter contato com o secretário de Segurança do estado, o superintendente local da

Polícia Federal e o presidente do Judiciário estadual. O ministro garantiu total apoio da Polícia Federal aos trabalhos de apuração dos crimes e prometeu levar todos os casos ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, com o objetivo de evitar que esses crimes caíam no esquecimento.

O senador Freitas Neto e as viúvas contaram ao ministro da Justiça que os trabalhos de investigação policial ocorrem com eficiência e que o problema começa quando o caso chega ao Judiciário. O último assassinato ocorreu há cinco meses e cinco de seus autores estão presos. O mandante acusado pela viúva, que é o vice-prefeito, está no exercício do mandato. Ao longo desses dez anos, a Justiça só condenou os autores de um dos casos. Um amplo dossiê sobre todos esses assassinatos com motivação política, incluindo informações sobre provas materiais e testemunhais, foi entregue ao ministro da Justiça.

Calheiros disse às viúvas que a lentidão da Justiça somente terá “solução efetiva a partir da aprovação de um amplo projeto de reforma do Judiciário”. Dentro da proposta de reforma, que está em estudo na Câmara, Renan chamou a atenção para a importância dos julgados de instrução, medida que levaria à união das autoridades policial e judicial na fase inicial de apuração dos casos, “permitindo maior eficiência, agilidade e rapidez na solução e no julgamento dos crimes”.



Senadores discutiram o papel econômico e social da reforma

## Programa gera empregos, dizem presidentes de comissões

Os presidentes das comissões de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), e de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), ressaltaram a importância da implementação da reforma agrária para o crescimento do nível de emprego no meio rural, durante a audiência pública conjunta das duas comissões. Osmar Dias disse que a agricultura é responsável por 18 milhões de empregos no país e que esse número pode aumentar com o avanço da reforma agrária.

Suassuna afirmou que a geração de um emprego na área agrícola custa apenas US\$ 10 mil, enquanto nas cidades custa cerca de US\$ 100 mil. “A reforma agrária é um assunto muito importante na área econômica e social, pois ela gera emprego e pode ser a solução para muitos dos problemas sociais do país”, afirmou.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) falou sobre a situação do Paraná, que considera “grave”, e quis saber do presi-

dente do Incra, Nelson Borges Gonçalves, se o governo federal está dialogando sobre o problema com o governador Jaime Lerner. Ele solicitou também um balanço do programa de reforma agrária e da concentração de terra no país.

Gonçalves disse que o programa tem avançado a partir de 1995. Mas admitiu que a situação piorou nos últimos anos. “A situação é mais cruel hoje, pois há uma concentração maior de terra.”

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que a reforma agrária é “eminente econômica” e não política ou ideológica. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) criticou o programa do governo e a situação de conflito vivida em alguns estados devido à luta pela posse da terra. Disse que atualmente existe uma “aparente reforma agrária”, que dá ênfase à simples distribuição de terra, sem levar em conta a infra-estrutura necessária para manter as famílias produzindo no meio rural.



## Heloísa Helena cobra proposta concreta de reforma agrária

O governo deve estabelecer proposta concreta e planejamento para a execução da reforma agrária e coibir com urgência a violência no campo, defendeu ontem a senadora Heloísa Helena (PT-AL) ao registrar audiência pública sobre o tema, ocorrida pela manhã, com a participação de autoridades do governo e de entidades representativas dos trabalhadores rurais (veja matéria na página 6).

A senadora informou que na audiência pública, promovida pelas comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, os participantes tiveram a oportunidade de debater o programa Novo Modelo Rural, enaltecido pelo governo federal "como a grande alternativa para fazer a reforma agrária".

Heloísa Helena disse ter ficado estarecida com a falta de planejamento



Heloísa Helena cobra informações sobre o programa Cédula da Terra

em relação à reforma agrária, e lamentou a ausência do ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, para prestar esclarecimentos sobre o Novo Modelo Rural. A audiência contou com a presença do presidente do Incra, Néelson Borges.

Por entender que faltaram, também, explicações sobre denúncias relativas ao programa Cédula da Terra, Heloísa Helena está enviando novo requerimento ao governo em que solicita informações sobre o programa. A senadora observou que dados do Incra mostram descumprimento da legislação e superfaturamento.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou que se deve defender a racionalidade de um programa que não só assegure a reforma agrária, mas apresente também condições de sobrevivência aos assentados.

## Maguito registra a passagem do primeiro ano da morte de Leandro

Ao lembrar o transcurso do primeiro aniversário da morte do cantor Leandro, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) comparou a emoção do povo brasileiro à sentida por ocasião da perda de duas figuras inesquecíveis: Tancredo Neves e Ayrton Senna. "Parentes, amigos e fãs se chocaram com a repentina e virulenta doença que se abateu sobre Leandro e choraram com sua morte", disse.

O senador por Goiás afirmou que em Leandro havia mais do que um cantor. "Havia uma força. Ele representava a verdadeira força do interior do Brasil. Representava o menino pobre que, por sua luta renhida, alcança a dignidade, e não



Maguito Vilela observou que Leandro representava a verdadeira força do interior

apenas alcança a dignidade como profissional, mas projeta uma cidade, um estado, uma região inteira. Era com imenso orgulho que nós, goianos, acompanhávamos sua trajetória de sucesso em todo o Brasil."

Maguito encerrou seu pronunciamento levando uma palavra de fé e amizade aos pais de Leandro, Carmem e

Avelino. "Um casal de pessoas humildes, dotadas de um sentimento de honestidade e pureza raros", observou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizou-se com o povo de Goiás. "Foi um tremendo baque para o Brasil a morte de Leandro e é emocionante perceber a solidariedade do povo", disse o senador.

## Suassuna defende Lei de Responsabilidade Fiscal

Gravidade da situação econômica requer mecanismos de controle dos gastos públicos, adverte o senador, ao propor urgência para o projeto

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), defendeu a tramitação em regime de urgência do projeto de lei de responsabilidade fiscal que o Executivo encaminhou ao Congresso. "Trata-se de um novo tratamento para o problema das finanças públicas nacionais que envolve direito financeiro, dívida pública, despesa pública, adminis-



Suassuna: aperfeiçoamento do federalismo fiscal evitará desperdício de recursos públicos

tracção financeira, contas públicas, controle externo e a conseqüente responsabilidade dos administradores", definiu o senador.

Na opinião de Suassuna, a gravidade da situação econômica brasileira torna fundamental a instituição de mecanismos de controle dos gastos públicos. Ele mencionou a importância do aperfeiçoamento do federalismo fiscal, com a fixação de receitas, despesas e res-

ponsabilidades efetivas para a União, estados e municípios. Para o senador, a medida evitaria a duplicação de tarefas e o desperdício de recursos públicos.

— A matéria precisa ser aperfeiçoada pelo Congresso. Existem pontos polêmicos, pois precisamos estabelecer responsabilidades de administradores públicos, sem comprometer a Federação nem negligenciar o ordenamento jurídico nacional. Defendo uma lei de responsabilidade fiscal em que todos os atos dos administradores públicos obedçam aos princípios de legalidade, moralidade e transparência na gestão das finanças públicas — afirmou.

## Cabral apóia trabalho de Parga na CPI

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apoiou ontem, em plenário, o trabalho do presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Financeiro, Bello Parga (PFL-MA). Segundo Cabral, o senador Bello Parga está realizando um importante trabalho e luta com grandes dificuldades devido ao volume excessivo de pedidos de informação do Supremo Tribunal Federal (STF) e à necessidade de contestações das liminares concedidas por aquela corte a pessoas investigadas pela CPI.

— Como presidente que fui da CPI dos Precatórios, sei a carga a que está sen-

do submetido o senador Bello Parga — disse Cabral. Para o senador amazonense, o presidente da CPI do Sistema Financeiro tem demonstrado elegância em seus agravos, mas sempre de forma ativa defende os pontos de vista da comissão.

Cabral citou especificamente o agravo interposto na última segunda-feira para contestar a liminar que beneficiou o ex-presidente do



Cabral diz que Parga luta com dificuldades devido ao volume de solicitações do STF

Banco Central, Francisco Lopes. Este ganhou provisoriamente o direito de não ter abertas as suas movimentações financeiras.

Conforme o senador pelo Amazonas, as razões jurídicas ali expostas por Bello Parga demonstram de forma cristalina que a liminar jamais mereceria ter sido proferida.

## Mauro afirma que ex-capital pode virar patrimônio

Anunciando que a cidade de Goiás, antiga capital do estado, poderá alcançar brevemente a condição de patrimônio histórico da humanidade, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que se isso ocorrer será o acontecimento mais importante deste final de século para o povo goiano.

— Com o reconhecimento internacional desse sítio histórico, que foi fundado pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhan-



Mauro prevê a consagração da cidade de Goiás como Patrimônio Histórico da Humanidade

güera, estaremos garantindo a preservação de um monumento vivo, que é único entre as capitais das antigas províncias — afirmou.

Mauro anunciou que foi realizado no Ministério da Cultura ato oficial de entrega do dossiê que mostra as razões pelas quais a cidade de Goiás deve obter o título da Unesco. Conforme explicou, o depoimento técnico que vai orientar a decisão desse órgão da ONU registra que estão preservados

o arruamento, a pavimentação e a maior parte dos 660 edifícios de Goiás, aí incluídas as sete igrejas.

### DUPLICAÇÃO

Em nome do PMDB e do povo goiano, Mauro Miranda agradeceu ao presidente Fernando Henrique Cardoso a decisão que resultará na duplicação do eixo de desenvolvimento que liga Goiânia ao estado de São Paulo.

Relator da comissão especial que analisou todas as questões ligadas ao desenvolvimento do corredor de transportes Centro-Leste, Mauro Miranda disse que nunca duvidou das intenções do presidente da República em relação a esse projeto.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — Especial Unip — Assunto: Artrite reumatóide  
6h55 — Senado em Pauta  
7h — Saúde Todo Dia — Atividade: ginástica natural  
7h30 — Especial Unip — Assunto: Artrite reumatóide  
7h55 — Senado em Pauta  
8h — Jornal do Senado  
8h25 — Senado em Pauta  
8h30 — Entrevista — O senador Ernandes Amorim fala sobre o desenvolvimento regional da Amazônia  
8h55 — Senado em Pauta  
9h — Comissão de Infra-Estrutura (ao vivo)  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)

13h30 — Debate — Os senadores Gilberto Mestrinho e Tião Viana debatem sobre a internacionalização da Amazônia  
14h30 — CPI dos Bancos (ao vivo)  
20h30 — Entrevista — O senador Ernandes Amorim fala sobre o desenvolvimento regional da Amazônia  
21h — Jornal do Senado  
21h25 — Senado em Pauta  
21h30 — Debate — Os senadores Gilberto Mestrinho e Tião Viana debatem sobre a internacionalização da Amazônia  
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

## Jucá quer taxar produtos que incitem à violência

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) deverá reunir-se no próximo dia 15 de julho para discutir projeto de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que estabelece maior taxaço sobre produtos que venham a ser declarados potencialmente deseducativos e incitadores à violência.

Em defesa da proposta, Jucá esclareceu que esses produtos atingem predominantemente crianças e adolescentes e sua proposta de sobre-

taxação procura reverter o quadro de crescente violência.

Romero Jucá também referiu-se a outro projeto de sua autoria que estende a exigência de registro, no órgão de Vigilância Sanitária, de produtos nacionais e estrangeiros propagandeados como medicinais, alimentícios e cosméticos "que impliquem na ingestão de drogas ou aplicações tóxicas".

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) elogiou ambos os projetos de Jucá, destacando a importância deles.



Jucá é autor da proposta que será discutida pelo Conanda e recebeu apoio de Heloísa Helena

# Rio pode declarar moratória, afirma Saturnino

Segundo senador, há riscos de o governador Anthony Garotinho ser levado a essa decisão, para enfrentar a situação de insolvência decorrente dos altos juros impostos pela atual política econômica

A impossibilidade de o estado do Rio de Janeiro pagar cerca de R\$ 1 bilhão em dívidas com o governo federal a partir de primeiro de julho pode obrigar o governador Anthony Garotinho a declarar moratória. O alerta foi feito ontem pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que culpou a política econômica do governo federal pela insolvência dos estados.

— A dívida foi provocada em grande parte pela política monetária de elevação de juros — afirmou, ressaltando que o governador ainda não se decidiu pela possível moratória, mas fatos recentes

levam à conclusão de que ele poderá fazê-lo.

Saturnino disse que o governo federal está tentando forçar o governador a assinar acordo de reescalonamento da dívida, que provocaria, segundo ele, um comprometimento de quase 20% das receitas do estado do Rio.

— O governo usou uma estratégia de poder, através do envio do parecer do Banco Central para a



Acordo que União quer impor compromete 20% da receita, diz Saturnino

Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE), de forma a inviabilizar a apreciação do pedido de renegociação da dívida antes do receso parlamentar de julho e obrigar o estado a assinar o acordo de reescalonamento.

O senador defendeu o cancelamento de parte das dívidas dos estados como única forma de resolver o problema. “É preciso mais bom senso por parte do

governo, flexibilizando o cálculo dos juros e cancelando parte do estoque da dívida”, observou.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também se manifestou a favor da proposta. Para ele, o sistema de divisão das receitas, imposto pela Constituição federal, reduziu a participação dos estados no bolo tributário, criando dificuldade para o pagamento de seus compromissos. O senador amazonense sugeriu a reavaliação das taxas de juros usadas para o cálculo das dívidas estaduais.

O presidente da CAE, senador Ney

Suassuna (PMDB-PB) disse que fará o possível para que a proposta do Rio seja votada a tempo de ser analisada em plenário ainda neste semestre. “A CAE vai se desdobrar para votar a rolagem da dívida fluminense. Espero que os companheiros da comissão e do plenário tenham essa consciência”, afirmou.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ressaltou que praticamente todos os estados passam por situação semelhante à do Rio. Ele lembrou que, ao governar o estado de Goiás, “mesmo tendo pago cerca de R\$ 1 bilhão, a dívida duplicou ao final do mandato”.



“Somos parceiros de um mundo onde não somos tidos como sócios”, afirma Gilberto Mestrinho

## Mestrinho prega esforço para aumentar exportações

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) propôs a mobilização dos industriais e das embaixadas brasileiras no exterior para incrementar as exportações. Para ele, é necessária uma mudança da política econômica que leve em conta o fato de a globalização aumentar ainda mais o hiato entre países pobres e ricos. “Somos parceiros de um mundo onde não somos tidos como sócios”, disse.

O senador observou que, hoje, 90 países estão em absoluto declínio econômico e que, de acordo com dados internacionais, em 1997, um terço da população mundial estava em estado de pobreza absoluta. Na América Latina, continuou o senador, 24% da população vive na linha de pobreza. Mestrinho disse ainda que a fortuna acumulada nas mãos de 358 multimilionários corresponde à renda de 2,3 bilhões de pessoas.

Segundo Mestrinho, a política de abertura total, implantada no início dos anos 90, causou, além do deslombamento com produtos importados, o desmonte do parque industrial, prejuízo à agricultura e aumento no desemprego.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que a política de desenvolvimento que o país já teve foi abandonada em favor dessa lógica “e o povo é o grande sacrificado nisso tudo”.

## Suplicy questiona venda de ações do Banespa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que enviou ofício ao governador de São Paulo, Mário Covas, comunicando que pretende, juntamente com o deputado José Dirceu, ajuizar ação popular contra aditivo ao contrato de promessa de compra e venda de ações do Banespa, celebrado entre a União e o estado de São Paulo, transformando aquela promessa em transação definitiva.

Suplicy acrescentou que mandou ofício semelhante ao presidente do Banco Central, Arminio Fraga, para que ele e o governador adotem “as medidas corretivas antes mesmo da publicação anunciada do

edital”. O senador explicou que a transformação daquele contrato preliminar, realizado em 23 de dezembro de 1997, em contrato definitivo, provocará feitos lesivos ao erário, além de implicar descumprimento da Lei Estadual n.º 9.466 e da Resolução 118, do Senado Federal.

Suplicy apontou, “dentre outras irregularidades apuradas, que a compra e venda das ações realizou-se sem a fixação



Suplicy irá ajuizar a ação popular junto com o deputado José Dirceu

do preço correspondente, que foi postergada para o momento da sua alienação em leilão público, pela União Federal”.

— Tais irregularidades são agravadas em virtude de a União vir se beneficiando, desde a assinatura do aditivo, do poder de controle do Banespa decorrente da titularidade das ações transferidas e da percepção dos divi-

rigor, deveriam ser atribuídos ao real titular das ações em causa, o estado de São Paulo — destacou.

Ele ressaltou que falava também em nome do deputado estadual José de Filippi Jr. e do professor Claudineu de Melo, com os quais debateu longamente o assunto.

### QUEDA DE AVIÃO

Suplicy informou também que enviou requerimentos ao ministro da Defesa, Elcio Alvares, e ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando informações sobre cópia do laudo pericial, elaborado pela Aeronáutica, acerca da queda do avião da TAM, ocorrida em São Paulo, em 96.

## Marina Silva apóia proibição de plantio da soja geneticamente modificada



Marina Silva: “É preciso defender a vida”

A medida cautelar concedida pelo juiz Antônio Souza Prudente proibindo o plantio comercial da soja geneticamente modificada das empresas Monsanto do Brasil e Monsay Ltda. foi elogiada ontem

pela senadora Marina Silva (PT-AC). Ela entende que enquanto as pesquisas não avançam a respeito dos efeitos que os transgênicos podem provocar, deve-se manter a prudência e impedir sua produção. Para a senadora, os testes realizados até agora ainda não dão a segurança necessária para o consumo desses produtos.

A decisão do juiz impede que o produto seja vendido até que o governo estabeleça as regras para a segurança e rotulagem dos transgênicos, além de exigir a apresenta-

ção de estudos de impacto no meio ambiente e na saúde dos consumidores, informou a senadora. Ela acrescentou que a ação judicial contra a soja foi apresentada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e pelo Greenpeace.

As empresas terão que retirar do mercado os grãos ou pagar multas diárias de dez salários mínimos. A senadora encampou as palavras do juiz de que “é preciso defender a vida, numa civilização que lucra com a morte”.

## Quintanilha defende os alimentos transgênicos

Argumentando que não seria possível alimentar o mundo sem os recursos que a ciência e a tecnologia oferecem à agricultura, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) estranhou que um juiz tenha decidido contrariamente à iniciativa de uma empresa interessada em plantar e comercializar soja transgênica. Referiu-se a discurso pronunciado minutos antes pela senadora Marina Silva (PT-AC).

— Não seria possível à agricultura do Brasil e do planeta ter hoje condições

de alimentar quase 6 bilhões de pessoas se não existissem esses recursos. Foi em razão do aumento da produtividade da nossa agricultura, e não em razão do aumento da área plantada, que conseguimos oferecer à população do planeta alimentos suficientes para sua subsistência — argumentou o parlamentar.

Conforme o senador, se a Justiça impediu o plantio de alguma das variedades



Quintanilha estranhou decisão da Justiça

des autorizadas pela Embrapa, é preciso lembrar que essa empresa merece o maior respeito, em razão dos qualificados cientistas

que nela trabalham. Marina explicou que, com a decisão judicial, “a comercialização desses produtos só poderá ocorrer mediante licenciamento ambiental, estudo de impacto ambiental e rotulagem”.

## Senador faz elogio a zoneamento do Tocantins

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse ontem, ao se referir ao zoneamento agroecológico do Tocantins, realizado pela Embrapa com financiamento do Banco Mundial, que seu estado, mais uma vez, larga na frente e dá exemplo de administração séria e competente.

— Os 278.421 km<sup>2</sup> do estado foram divididos em 28 regiões ecológicas e 212 unidades agroecológicas. Trata-se de verdadeiro marco de referência espacial para o ordenamento do território tocantinense, numa perspectiva de sustentabilidade — ressaltou.

Segundo o senador, nesse estudo foram levantadas desde as condições climáticas, de solo, topografia e drenagem até o uso da terra, as áreas preservadas e a cobertura vegetal. Tocantins, acrescentou, é hoje o único estado brasileiro a possuir um diagnóstico tão detalhado e atualizado de seus recursos naturais.

Quintanilha parabenizou o governador Siqueira Campos pela iniciativa de encomendar o estudo, explicando que esse trabalho balizará os investimentos do estado daqui por diante.